

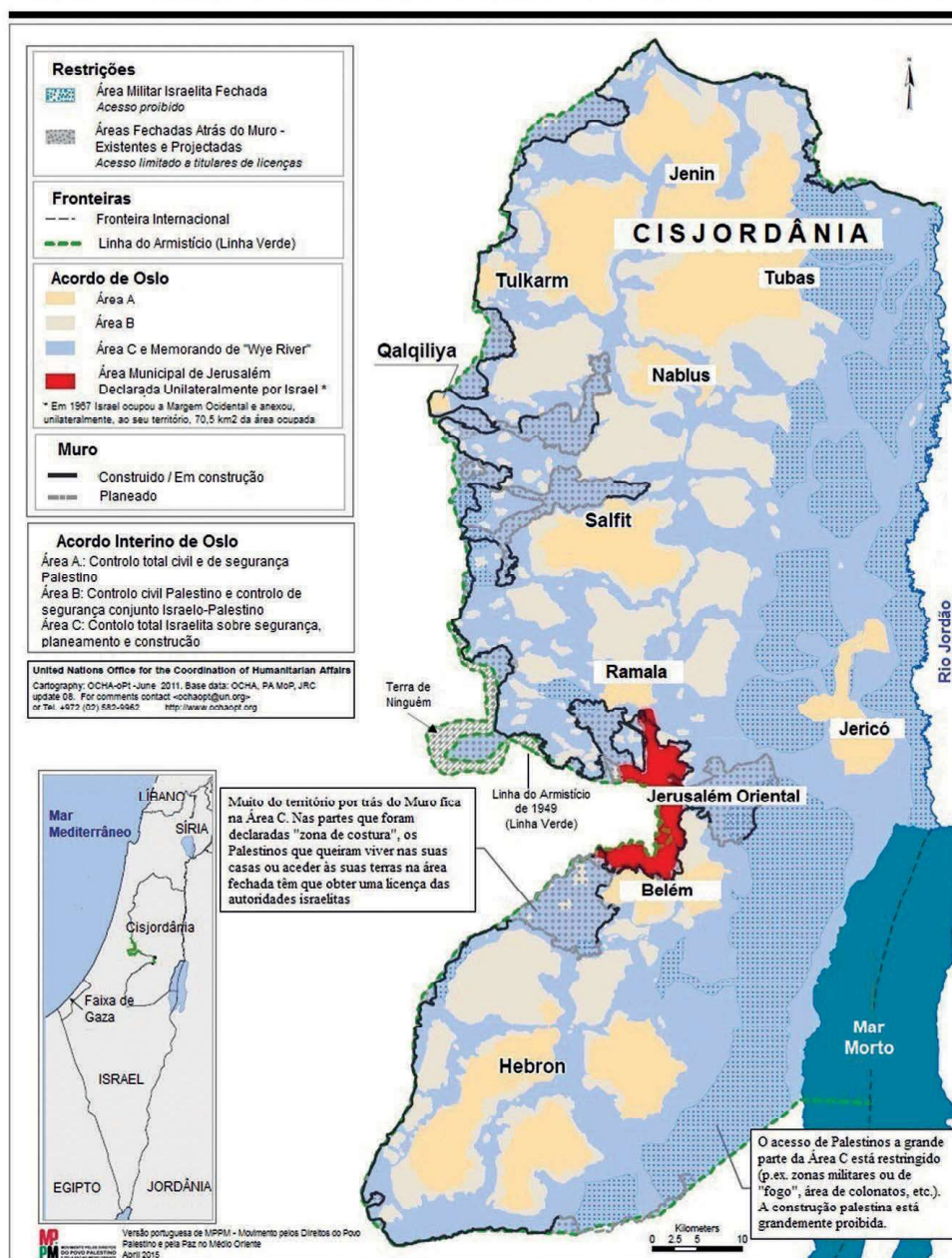
19. OSLO E O DEFINHAR DOS PROCESSOS POLÍTICOS

No final do século xx começou um período de hegemonia dos EUA na política internacional. Sob a sua égide e menorizando o papel da ONU, em 1993 são assinados os Acordos de Oslo pelo Presidente da OLP, Yasser Arafat, e o Primeiro-Ministro de Israel, Yitzhak Rabin.

Nesses Acordos e em ulteriores negociações patrocinadas pelos EUA, o lado palestino foi fazendo sucessivas concessões, sem que se tenha concretizado nem a promessa de criar um Estado Palestino nem o cumprimento das resoluções do Conselho de Segurança da ONU que preconizam a retirada de Israel dos territórios ocupados em 1967 e uma solução justa para o problema dos refugiados. Os Acordos de Oslo foram criticados por várias organizações políticas palestinas e conduziram a divisões que ainda hoje se fazem sentir.

Mas a oposição em Israel aos Acordos inviabiliza mesmo as concessões limitadas feitas por Rabin. Em Novembro de 1995 Yitzhak Rabin é assassinado por um extremista israelita. Em 1996 Benjamin Netanyahu torna-se primeiro-ministro de Israel, com base na oposição a Oslo. Arafat e a OLP são cada vez mais marginalizados. Cercado pelos Israelitas durante meses no complexo presidencial em Ramala, Arafat acaba por morrer em 2004 num hospital militar em França, sem que tenha sido determinada a causa da sua morte.

Entretanto, e perante a complacência internacional, Israel intensificou a construção de colonatos judaicos nos territórios ocupados da Cisjordânia e Jerusalém Oriental. Segundo a ONU, os colonos totalizavam quase 650 mil em 2020. Esta alteração da composição demográfica dos territórios ocupados, acompanhada pelo apartheid na rede viária, o chamado Muro de Separação e os próprios termos dos Acordos de Oslo, fragmentam a Cisjordânia e visam inviabilizar a criação do Estado Palestino prometido nas resoluções da ONU.



Os Acordos de Oslo (1993-1995) estabeleceram a constituição de um Governo palestino e dividiram o território em três áreas: a Área A, com controlo civil e de segurança pela Autoridade Palestina, abrange 18% da Cisjordânia e inclui 8 cidades palestinas (Nablus, Jenin, Tulkarem, Qalqilya, Ramala, Belém, Jericó e 80% de Hebron); a Área B, com controlo civil palestino e controlo de segurança conjunto, abrange 22% da Cisjordânia e inclui cerca de 440 aldeias palestinas; a Área C, onde se incluem os colonatos judaicos, abrange os restantes 60% da Cisjordânia e é totalmente controlada por Israel, estando formalmente interdita a qualquer desenvolvimento palestino. Os Acordos previam que esta situação durasse cinco anos, findos os quais Israel se devia retirar para as fronteiras anteriores a 1967. Não só isto não sucedeu como Israel intensificou a colonização da Área C e mantém a anexação de Jerusalém Oriental. Hoje os Palestinos controlam, com autonomia limitada, apenas 5% do seu território histórico.

Há vários anos que não existe sequer a ficção de um processo político para resolver a questão palestina. A presidência Trump foi marcada pelo repúdio por Israel e pelos EUA de todos os compromissos que haviam subscrito e das resoluções da ONU, uma situação que não foi revertida com a presidência Biden.

Os Palestinos têm procurado, com a sua participação em sucessivos processos de paz, o reconhecimento dos seus direitos nacionais, criando condições para uma coexistência pacífica com o Estado de Israel, que formalmente reconheceram em 1988, ao contrário de Israel, que nunca reconheceu o direito a um Estado palestino. Mas essa disponibilidade para um processo político não foi correspondida do lado israelita, que recusa a criação de um Estado palestino.